

Eleições de 2010 e perspectivas para a classe trabalhadora

Waldemar Rossi*

Durante o processo eleitoral deste ano, o povo brasileiro teve oportunidade tomar conhecimento de muita coisa que andava camuflada por um bom tempo. Por exemplo: tomar conhecimento de que, para se chegar ao poder político deste país, tudo vale em termos de baixaria; que a melhor maneira para se ganhar a preferência popular é saber mentir, ser um bom ator ou uma boa atriz; que o momento eleitoral é a ocasião para acusar os adversários pelas falcatruas cometidas durante seus mandatos, como os mensalões, as privatizações (também chamadas de privatarias), os contratos fraudulentos e os superfaturamentos de obras públicas, ou dos crimes praticados pessoalmente contra o Erário Público; dos vazamentos sobre irregularidades nas declarações de renda (porque não se pode dizer para o público que o dinheiro tirado do bolso popular através dos impostos não foi repassado, como deveria ser feito, para o Erário Público. Em outras palavras, não se pode dizer que alguém nos “gatunou”. Roubar pode. Denunciar não!), e muitas outras ilegalidades... Essas coisas saíram na imprensa e mesmo ficando indignado o eleitor foi escolher “seus novos representantes”.



Há coisas, porém, que não chegou ao conhecimento popular: o montante de dinheiro aplicado para as riquíssimas campanhas, tanto para os parlamentos quanto para os governos estaduais e o governo federal, dinheiro “doador” pelos bancos, empreiteiras, fazendeiros, indústrias, supermercados. Foram centenas de milhões de Reais que alavancaram as eleições de deputados (estaduais e federais), de senadores (dois por Estado), dos governadores e, principalmente, para garantir as campanhas à presidência da República. Entre os que perceberam que houve muitos Reais rolando, pouquíssimos ficaram sabendo a origem dessa grana toda; muitos fizeram questão de não saber, tapar os olhos e outros ainda se preocuparam em justificar o injustificável. A soma dos que foram informados não chega 1% dos eleitores. Os demais ficaram grudados apenas nas informações passadas pela mídia, que sistematicamente sonegou as fontes de financiamento. Com isto a grande massa de eleitores não esteve apta a fazer uma escolha acertada, assim como não está em condições de ter o discernimento necessário para entender os rumos do futuro governo. Como vem acontecendo

durante toda nossa história republicana, estamos fadados a engolir tudo o que nos enfiarem goela abaixo. Salvo se....

Assim, os financiadores das respectivas campanhas estão livres para fazer a pressão que sempre fizeram sobre os eleitos e, naturalmente, cobrar o retorno do “investimento” feito durante o processo eleitoral, afinal, para o capital não há favores a serem feitos. O que há sempre são investimentos que dão retorno. Os lobbies já estão montados e em plena ação, embora ainda discretamente, e a mídia cumprindo seu papel: lançar boatos e pressão para que tal ou qual pessoa integre o futuro governo, para garantir que determinadas grandes obras sejam encaminhadas, ainda que faraônicas ou os “elefantes brancos” que ficarão ociosos depois da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Estão livres para pressionar Dilma para que garanta as reformas da Constituição que interessem ao capital e que visem continuar a formação do “Estado Mínimo” eliminando as conquistas populares. Os ataques ao suposto ou real déficit da Previdência se intensificarão tentando dar legitimidade a mais uma eventual reforma previdenciária, focando o aumento da idade mínima para a aposentadoria – como, aliás, vem ocorrendo em vários países desenvolvidos -, uma exigência neoliberal. Como foi escrito por vários especialistas no assunto durante a campanha eleitoral, ao capital já estava assegurada a continuidade das políticas neoliberais - implementadas por Collor de Mello e intensificadas nos governos de FHC e Lula - qualquer que fosse o eleito. Segundo entrevista de Delfin Netto, a continuidade estaria assegurada, a menos que o eleito fosse Plínio Sampaio. É possível prever que Dilma enfrentará inúmeras dificuldades, se quiser mudar os rumos da atual política econômica, se estiver, de fato,

interessada em atender preferencialmente as camadas mais empobrecidas do país, conforme seu primeiro discurso público depois de eleita.

Teremos um bom pano de fundo para analisar o desenrolar da política nacional dos próximos anos assim que estiver definida a nova equipe de governo. Fica uma primeira pergunta: quais os setores da sociedade que prioritariamente estarão representados no governo de Dilma? Pois, conforme o Evangelho de Jesus Cristo, “ninguém pode servir a dois senhores...”. Evidentemente, se quiser dar continuidade à atual política econômica estará agradando as minorias privilegiadas que vêm explorando o país há mais de 500 anos. Mas estará desagradando as populações que historicamente têm estado marginalizadas econômica, social e culturalmente no Brasil. Se o capital estiver em primeiro plano em seu governo, Dilma estará revelando que também mentiu para o povo durante a campanha. Por outro lado, se quiser dar prioridade aos que mais necessitam de um governo justo, investindo preferencialmente nas áreas que mais beneficiem o povo trabalhador, certamente terá que enfrentar a “hienas” que habitualmente se locupletam das benesses oferecidas pelos governantes.

Uma nova pergunta devemos nos fazer: onde estarão as centrais sindicais e alguns movimentos sociais que serviram de âncora para o governo Lula, trabalhando em função da desmobilização popular, blindando o Presidente? Continuarão mantendo seus maiores representantes em postos de governo financeiramente vantajosos para cada um e para seus agrupamentos? Ou voltarão a defender os interesses dos seus representados,

com o fariam se o eleito tivesse sido o tucano José Serra?



É oportuno lembrar que, se a Força Sindical foi edificada com o apoio de Collor de Mello e –

segundo denúncias de antigos assessores da central – com muito dinheiro de grandes empresas, portanto, criada para dividir o movimento sindical combativo da época, o mesmo não se pode dizer da CUT, que nasceu das forças populares desenvolvidas durante o tempo da resistência à ditadura militar. A direção da primeira estava e permanece ao lado do capital e, por isto, com muita facilidade bandeou para ancorar a política neoliberal de Lula, assim como ter umas vaguinhas em cargos de confiança. A direção da CUT nada mais fez que dar continuidade às derivas históricas que já vinha fazendo ao colocar a central a serviço da eleição de seu patrono. Para muitos se torna difícil aceitar essa realidade, mas sua cooptação pelo lulismo já vinha de longo tempo. As demais antigas centrais quase nada representam para o conjunto do movimento sindical no país, mas também souberam ocupar os espaços abertos. Tais perguntas, evidentemente, não são dirigidas aos setores sindicalistas que romperam com a CUT, tão logo a central passou a apoiar as reformas que violam direitos dos trabalhadores, principalmente a da Previdência e a tributária, sem falar da pseudo-reforma sindical. São os setores que formaram a Conlutas e a Intersindical, únicas forças trabalhistas que não temeram fazer o enfrentamento com o populismo do governo Lula e

com o petismo rendido ao capital. Continuam sua política classista.

Uma esperança está no ar: Dilma poderá ser diferente de Lula, poderá nos surpreender e cumprir sua promessa de fazer um governo prioritariamente voltado para as camadas mais punidas da população brasileira. Esta esperança, entretanto, poderá estar sofrendo forte erosão com a formação do seu governo e as prioridades que vêm sendo desde já – fins de novembro – anunciadas pelos já contemplados para as pastas voltadas para a economia. No momento de sua indicação pública para as pastas da Fazenda (Guido Mantega), Planejamento (Mirian Belchior) e Banco Central (Alexandre Tombini), os dois primeiros já anunciaram publicamente que farão um governo de austeridade: “O ano de 2011 será de contenção fiscal, com redução de despesas e custeio, para elevar o investimento”, resumiu o ministro da Fazenda. Para conseguir tal austeridade, Mantega já anunciou que serão alvo de cortes os aposentados, o salário mínimo, o funcionalismo. Em entrevista à Globo News, o ministro da Fazenda revelou que pretende tirar dos componentes do cálculo da inflação os gastos com alimento e combustíveis. Em outras palavras, confessa que irá roubar do povo através da falsificação da verdadeira inflação, e com isto impedir, por exemplo, que os salários – inclusive o mínimo – sejam corretamente reajustados cada ano pela sua real desvalorização. Irá repetir o crime cometido por Delfin Neto nos anos de chumbo da ditadura militar. E isto resultará, se aplicado, em novo rebaixamento do padrão de vida do povo trabalhador, padrão de vida que vem sendo nivelado por baixo, ainda que nosso povo não se conta.

Um dado interessante a ser observado, já neste momento: o novo titular do BC é tido como homem de absoluta confiança dos banqueiros e grandes empresários: “Ao convidar o economista Alexandre Tombini para presidir o Banco Central (BC), a presidente eleita, Dilma Rousseff, mandou um recado tranquilizador não só aos mercados, mas a todos os cidadãos preocupados com a estabilidade econômica e os interesses nacionais de longo prazo” (Estadão – 25/11 – pág.3). Ou seja, mandou um recado ao grande capital, como o fez Lula ao indicar Meirelles há oito anos para o mesmo cargo. Dilma declarou que o BC terá autonomia total, pois “não há meia autonomia...” Ora, se Tombini é o atual diretor de Normas e Organização Financeira do BC, e vai para a sua presidência com total autonomia, está evidente que a atual e nefasta política financeira do Banco Central ira continuar. Não por menos o presidente do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, declarou que haverá “continuidade e renovação, sem quebra de paradigmas ou viradas de mesa”. Como bem afirmou Delfin Netto, antes do primeiro turno, não haverá mudanças.

Ora, “Ninguém pode servir a dois senhores...”. Ou se serve aos que vêm sendo historicamente marginalizados pela politicalha tradicional – no caso os mais necessitados contidos no primeiro discurso de Dilma após as eleições – ou se atende aos interesses dos que financiaram sua campanha. A prevalecer o anúncio de austeridade dos futuros ministros parece que os ricos levarão a melhor.

Ainda não sabemos como irão reagir as maiores centrais sindicais, em especial a CUT, diante de tais revelações. Não há, porém, nenhum indício de que farão

frente ao novo governo, até porque se acredita que elas serão contempladas por Dilma com cargos no governo rentáveis financeiramente, mas sem expressão política alguma. Não se pode esquecer

que a CUT é dirigida pela mesma corrente política hegemônica no PT,



a Articulação, o que leva a crer que continuarão a seguir as orientações partidárias, ainda que contra os interesses da classe. Quanto à Força Sindical, subordinada atualmente ao PDT, que faz parte da base política da Dilma, não restam dúvidas que apoiarão as políticas oficiais, se estas forem de interesse do capital. Há ainda a CTB, correia de transmissão do PC do B, antiga aliada política petista e participante do governo com o Ministério do Esporte. Desta também não dá para esperar que venha se opor ao governo ao qual pertence, assim como nada se pode esperar da UNE (União Nacional dos Estudantes) comandada há anos pelo mesmo PC do B. A se concretizar tais perspectivas de linha política – como indicada no início do artigo – As centrais poderão sofrer fortes pressões de suas bases, se estas entenderem que estão sendo traídas, que seus interesses estão sendo vendidos ao poder econômico, o que seria altamente positivo.

As esperanças dos explorados devem, portanto, ser centradas na parcela do movimento social que ainda é independente e que mantém seus compromissos com a busca da justiça social. Aqui é preciso destacar as novas forças sindicais, Conlutas e Intersindical

(da qual participam sindicalistas ligados ao PCB) como forças de resistência aos ataques do capital. Movimentos populares que lutam por moradia, educação, saúde, meio-ambiente e outros, se entenderem essa conjuntura poderão canalizar suas forças ao lado da Conlutas e Intersindical, considerando que terão também como aliados os pouquíssimos parlamentares eleitos pelos pequenos partidos que ainda se mantêm na esquerda.

Outras forças que poderiam somar na árdua batalha pela justiça seriam a Igrejas Ecumênicas, que caminharam unidas na resistência aos desmandos da ditadura. Mas estas também andam

em sérias crises, a começar pela Igreja Católica, majoritária em termos de seguidores no Brasil. Os “imbróglis” ocorridos durante o segundo turno eleitoral mostrou que a unidade desejada por Cristo está longe de acontecer entre os próprios católicos. Entendo que a Luta de Classes se faz presente também no catolicismo, uma vez que parte do seu episcopado se posiciona em defesa do “status quo”, em alguns casos devido aos recursos financeiros que vêm de grandes empresas, como no caso dos usineiros e latifundiários. Não é raro percebermos que documentos oficiais não têm suas orientações postas em prática em certas dioceses. A unidade interna da Igreja foi mais forte durante os anos 60 e 80, logo após o Concílio Vaticano II, que impulsionou as CEBs e deu origem à elaboração da Teologia voltada para os explorados. Depois daqueles tempos duros, muita coisa mudou na Igreja e as iniciativas comuns inter-igrejas alcançadas naqueles tempos também se diluíram, restando praticamente as

Campanhas da Fraternidade Ecumênicas, que vêm acontecendo a cada cinco anos, e uma débil participação de algumas delas no Grito dos Excluídos, nada mais. Terão capacidade de interpretar corretamente os “sinais dos tempos”, traduzindo em ações concretas ao lado de todos de boa vontade, em defesa das reformas que possam contribuir para as radicais mudanças dessa sociedade marcada pela



PASTORAL OPERÁRIA

injustiça? Terão disposição para assumir sua missão profética de denúncia, de orientação e de ação concreta? Se houver avanços nesse sentido, documentos de orientação não

irão faltar à Igreja Católica, pois eles são abundantes e estão disponíveis nas estantes das casas paroquiais.

Durante o segundo turno eleitoral, muitos da esquerda decidiram apoiar a eleição de Dilma para derrotar o “mal maior”, mas dando-lhe um voto crítico. Estarão, esses, nas trincheiras das lutas populares, se Dilma não cumprir suas promessas?

Análises feitas após o segundo turno revelaram que 36 milhões de eleitores (27% do eleitorado) não aprovaram os candidatos que se apresentaram: 4,5 milhões anularam seus votos, 2,5 milhões votaram em branco e 29 milhões simplesmente se abstiveram de votar. Isto indica insatisfação consciente? Seriam forças possíveis de serem aglutinadas para engrossar o caldo das manifestações populares que venham defender seus direitos e a justiça neste país de enormes desigualdades, econômicas, sociais e culturais?

Apenas de uma coisa todos poderão ter certeza: teremos pela frente anos duríssimos, de ataques aos direitos dos trabalhadores. Salvo se... o povo (ou

parte significativa dele) estiver disposto a ocupar as ruas do país, como vêm ocorrendo nos países europeus.



* **WALDEMAR ROSSI** é metalúrgico aposentado e coordenador da Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo.